

O TRECHEIRO

JORNALISMO A SERVIÇO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

| Ano 30 | Edição 256 | 15 a 28 de Julho de 2020 |

Editorial

Mais que visíveis!

Nos dias 7 e 8 de julho, a população de rua de São Paulo demonstrou sua capacidade de organização e reivindicação de seus direitos, em plena pandemia. Cansada das reuniões e tentativas de diálogo com a Prefeitura por uma política de atenção à população em situação de rua em tempos de Covid-19, a Pop Rua acampou por 24 horas em frente à sede da prefeitura e chamou a atenção da população para a gravidade do problema. Parabéns à população de rua por sua articulação e firmeza em tempos tão difíceis e sofridos. O ato demonstrou que eles estão bem organizados e sabem se fazer visíveis. Só não vê quem não quer. Basta fazer um giro pelo centro da cidade para se dar conta. Nosso editorial assume as reivindicações da Pop Rua como suas:

“A Rua não é lugar para viver, e tão pouco é lugar para morrer. Moradia Já! Nós que estamos em situação de rua queremos políticas públicas que dê dignidade e condições para proteger do coronavírus, do frio e da violência.

Estamos nas ruas e não temos casa para ficar! Queremos dizer para a população, para o Prefeito e para os gestores das políticas públicas da cidade de São Paulo que não somos invisíveis e muito menos desorganizados.

Conhecemos a realidade dos Centros de Acolhidas: há falta de estrutura dos prédios; as camas são próximas uma das outras; os ambientes são insalubres, sem ventilação, que favorece a propagação da muquirana (piolho) e doenças como a tuberculose; falta de materiais para higienização e pre-



Luciney Martins

A população em situação de rua acampou no dia 7, em frente à Prefeitura de SP, para denunciar a situação de abandono que enfrentam nas ruas e nos centros de acolhida, especialmente, em tempos de Covid-19; buscaram e conseguiram dialogar com a gestão municipal

carização dos trabalhadores quanto na dinâmica dos serviços. Muitos não vão nestes centros de acolhimentos por causa destas condições. Com tantos problemas que enfrentamos nas ruas, muitas vezes, pode ser melhor ficar nas ruas do que ir para muitos serviços oferecidos pela prefeitura. Esse acampamento é para cobrar a responsabilidade da Prefeitura.

Chega de enganação! Somos menosprezados pelas secretarias; nossas reivindicações no Comitê PopRua não são encaminhadas, a SMADS não ouve os conselheiros do ComitêPopRua, a zeladoria urbana que retira cobertores, barracas e demais pertence da PopRua. Não pode continuar assim, respeitem as pessoas em situação de rua!

Nós que estamos em situação de rua não queremos regalias e sim dig-

nidade. Estamos aqui para solicitar a ajuda de todos para que possamos ter direito à saúde, alimentação e moradia digna. Não podemos permitir que nossos irmãos que estão em situação de rua morram de fome, de frio ou do coronavírus.

Queremos:

- ✓ atendimento que permita a proteção com isolamento social, alimentação, condições para as higienizações necessárias e apoio dos serviços de saúde;
- ✓ contratação de quartos de hotéis como previsto na lei;
- ✓ organização de espaços para colocação de barracas com estrutura de banheiros, saúde e alimentação;
- ✓ suspensão imediata do recolhimento de barracas, cobertores e objetos pessoais;

- ✓ instalação de banheiros e chuveiros públicos permanentes na cidade;
- ✓ negociação com o Bom Prato (Governo do Estado) para manutenção das três refeições, de domingo a domingo e da gratuidade para quem está em situação de calçada;
- ✓ agenda com o prefeito Bruno Covas para dialogar com os movimentos, o Fórum da Cidade e o Comitê Pop Rua.

‘Quem tem casa, fique em casa. Estamos aqui porque não temos casa.’

Movimento Estadual da População em Situação de Rua – MEPRSP

Movimento Nacional da População de Rua – MNPR

Apoio do Fórum da Cidade de Acompanhamento das Políticas Públicas de São Paulo

“JUNTOS *PeLa* DEMOCRACIA!”

O Grito dos Excluídos ecoou

O acampamento em frente à Prefeitura de SP se uniu ao Dia D do Grito dos Excluídos de todo o Brasil

Karla Maria

As conquistas da população em situação de rua de SP, apresentadas na reportagem de Cláudia Pereira, apontam para a necessidade da pressão e da organização popular na defesa e garantia de seus direitos. As reivindicações atendidas e encaminhadas – ainda que distantes do cumprimento integral de seus direitos – foram resultado do grito, da manifestação daqueles que não se calam diante das desigualdades e da invisibilidade a que são impostos na capital paulista.

“O acampamento realizado pelo povo da rua concretiza e expõe uma realidade que muita gente acha que não é tão forte. No início da pandemia sugeriram que nos protegêssemos com isolamento e higiene. Lavar as mãos e ficar em casa, mas quando você olha para a realidade do nosso país, cadê a

casa? Cadê água, sabonete, saneamento básico? Uma série de coisas que o povo não tem. A pandemia escancarou a miséria do nosso país, mostrando aquilo que o povo não tem. Como eles vão se proteger? São dois Brasis”, diz Ari Alberti, da Coordenação Nacional do Grito dos Excluídos.

O acampamento da Pop Rua aconteceu no dia 7 de julho em um contexto em que diferentes movimentos e pastorais sociais se manifestaram pelo País contra as injustiças históricas enfrentadas pelo povo e agora escancaradas pela pandemia de Covid-19. Era o Dia D, que se repetirá todo dia 7 de cada mês, até o “Dia da Independência”, quando acontece o 7 de setembro.

Neste ano, em sua 26ª edição, o Grito dos Excluídos fará as reivindicações em torno do tema “Vida em Primeiro Lugar – Basta de Miséria, Preconceito e Repressão. Queremos Trabalho, Terra, Teto e Participação”.

“Achei muito simbólico a população ter acampado em frente à Prefeitura e ter obtido conquistas junto à gestão municipal. Faz a gente começar a

imaginar que ou tomamos consciência de que precisamos nos organizar para garantir direitos ou morreremos esperando. As mudanças só acontecerão de baixo para cima, com organização, sonho, alegria, poesia”, acredita Alberti.

Em carta divulgada em seu site, a coordenação nacional do Grito apontou que em “tempos de pandemia, os gritos ecoam ainda mais fortes, diante do sofrimento que a doença e o descalço dos governos, sobretudo o federal, impõem a milhares de pessoas que perderam e perderão sua vida, ou familiares, amigos e conhecidos. A Covid-19 escancarou o abandono a que a saúde pública já vinha

sendo submetida pelo não cumprimento do que está previsto na Constituição Federal de 1988, o desmonte gradativo do SUS e as reformas neoliberais que visaram à retirada de direitos sociais”.



Foto intrigante!



No dia 13 de julho de 2020, por volta das 9h30, um amigo, André Luzzi, viu à sua frente três viaturas da Guarda Civil Metropolitana (GCM), um caminhão pipa e logo em seguida mais um caminhão com placas na lateral dizendo “apoio à remoções” da Prefeitura de São Paulo. Até este ponto tudo parecia normal, mais um dia de limpeza. Mas, logo percebeu-se que o conteúdo do caminhão não era muito normal, principalmente, agora que faz muito frio. André Luzzi conseguiu duas fotos que imediatamente foram para os grupos

Alderon Costa

de atuação no centro da cidade. Não foi possível identificar se houve ação violenta, mas as imagens dos caminhões cheios de cobertores evidenciam a violação do decreto nº 59.246 de 2020 que dispõe sobre os procedimentos e o tratamento à população em situação de rua durante a realização de ações de zeladoria urbana, uma vez que o mencionado decreto veda, em seu artigo 10º o recolhimento de cobertores. Agora, estas fotos estão nas mãos do Ministério Público (MP), da Defensoria e da Ouvidoria da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, da mesma prefeitura que pagou para retirar essa quantidade de cobertores.



O TRECHEIRO Distribuição Gratuita
Formato: Digital e Impresso em mural

O Jornal O Trecheiro é uma publicação da ASSOCIAÇÃO REDE RUA
Rua Sampaio Moreira, 110 Casa 9 - Brás - 03008-010 / São Paulo - SP
(11) 3227-8683/ 3311-6642 / E-mail: comunicacao@rederua.org.br
rederua@rederua.org.br / Facebook.com.br/associacaorederua
Instagram: @rederua

EXPEDIENTE

Editorial
Rede Rua

Jornalista Responsável
Davi Amorim
MTB 48.215/SP

Conselho Administrativo
Arlindo Pereira Dias
Andreza do Carmo

Fotos e Imagens
Luciney Martins
Cláudia Pereira
Karla Maria
Arlindo Pereira Dias

Textos

Arlindo Pereira Dias
Karla Maria
Cláudia Pereira

Artes

Clínica Luiz Gama de
Direitos Humanos – USP

Editor de Arte

Jovenal Alves Pereira

Equipe de Apoio

Felipe de Moraes
Jovenil Ribeiro

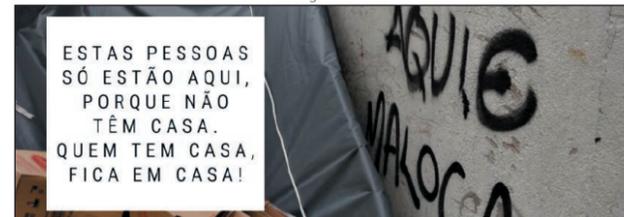
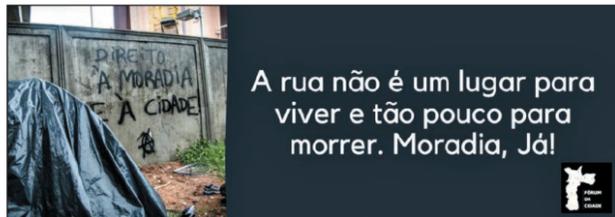
Revisão

Alderon Costa
Arlindo Pereira Dias
Andreza do Carmo
Cláudia Pereira
Karla Maria

Este material foi impresso por
intermédio do Projeto DisseminaSUAS
acesse: paulus.org.br



Imagens: Clínica Luiz Gama de Direitos Humanos da USP



Pop Rua exige políticas públicas e dignidade

Ato exigiu efetivação de vagas em hotéis, espaço para camping e respeito pela vida

Cláudia Pereira

Integrantes de Movimentos da População em Situação de Rua acamparam em frente à Prefeitura de São Paulo no dia 7, e cobram do prefeito Bruno Covas medidas protetivas de isolamento ao novo coronavírus. Os Movimento Estadual da População em Situação de Rua (MEPRSP), Movimento Nacional da População de Rua MNPRSP e o Fórum da Cidade exigiram ações efetivas para o período pandêmico que intensifica com as baixas temperaturas.

“Nós somos tratados com violência. Não aceitamos a violência e muito menos a situação em que nos encontramos. Estamos aqui pacificamente e só iremos sair daqui, quando formos recebidos pelo senhor prefeito. Essa é a nossa luta”. Esse era o tom do protesto que ecoava do pequeno carro de som na frente do prédio da prefeitura de São Paulo, às 18h daquela primeira terça-feira de julho.



O grupo permaneceu por mais de 24 horas em frente à Prefeitura, no Viaduto do Chá, em busca do melhor diálogo

Foi o dia para grito dos excluídos da cidade de São Paulo. A manifestação foi pacífica, apesar do momento de tensão provocado pela troca de turno das tropas da Guarda Civil Metropolitana (GCM).

Integrantes do ato, disseram que a GCM foi respeitosa em todo o momento. O grupo permaneceu por mais de 24 horas em busca do melhor diálogo e exigiu que a reunião fosse realizada no prédio da prefeitura, no Viaduto do Chá.

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) defende que a Pop Rua tem sido atendida desde o início da pandemia, com ações integradas e que possui mais de 1700 vagas ociosas em centros de acolhidas. “Nós que estamos em situação de rua, queremos políticas públicas que dê dignidade e condições para nos proteger do coronavírus, do frio e da violência”, destaca um trecho da carta apresentada no ato de protesto da pop rua.

Anderson Miranda, representante do (MNPRSP) afirma que é perceptível o aumento de famílias morando sob marquises e praças e o objetivo do manifesto é conversar com a gestão públi-

ca, para que ofereça políticas públicas de proteção para pessoas em situação vulnerável. “Não somos invisíveis e muito menos desorganizados e sabemos que a Prefeitura tem verba suficiente para ofertar vagas de hotéis e fazer um *camping*, não basta banheiros improvisados na praça, queremos dignidade”, diz Anderson.

No início da pandemia, o Comitê Pop Rua apresentou duas propostas para o isolamento social que não foram atendidas: vagas de hotéis e espaços para *camping*. Em maio, o prefeito Bruno Covas sancionou a Lei nº 17.340, de 30 de abril de 2020 que garante vagas em hotéis e não foi efetivada.

A Comissão dos Direitos Humanos da Câmara Municipal defende a ideia de *camping*, e a proposta foi discutida em audiência pública. Os movimentos pediram que a Prefeitura cesse com a violência e a retirada de pertences, a exemplo de barracas das pessoas que estão em situação de calçada.

“O que nos sobrou foi a rua, não temos onde ficar. Exigimos atendimento digno nos equipamentos de acolhidas enquanto não temos moradia. Temos notificado oficialmente, 28 óbitos de moradores de rua na cidade. Queremos nossos direitos”, afirma Darcy da Costa, coordenador do Movimento Nacional da População em Situação de Rua.

Com repercussão da imprensa e longa espera para definir um momento de diálogo, o protesto terminou na quarta-feira (8), após a gestão da Prefeitura receber uma comissão dos movimentos da Pop Rua. As secretárias da Assistência Social e Direitos Humanos do município, Cláudia Carletto (SM-DHC) e Berenice Gianella (SMADS), e a coordenadora do Comitê Pop Rua, Giulia Patitucci ouviram as pautas das lideranças e tiveram retorno imediato com disponibilidade de 100 vagas de hotéis e efetivação de espaços para *camping*. Dois hotéis fecharam convênio com a Prefeitura e mais de 50 idosos já estão hospedados.

As pautas apresentadas pela comissão para a gestão municipal passarão pelo Comitê Pop Rua, e entre as mais urgentes está o espaço de *camping*. O Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo (COMAS) é favorável à pauta o que possibilita a viabilidade de concretizar a proposta.

Para os representantes dos movimentos, o ato foi positivo. Houve respeito e abertura para o diálogo com a Pop Rua. Permaneceu a unanimidade dos movimentos na atenção e na vigilância para garantir os direitos. O protesto animou a esperança dos coletivos na luta por moradia, dignidade e respeito pela vida.

PAUTAS APRESENTADAS PELA POP RUA E ACORDADAS PELA GESTÃO MUNICIPAL NO DIA DO ATO:

- ✓ 100 vagas de hotéis para idosos (efetivado dia 08) com possibilidade de contratação gradativa para outros grupos dos centros de acolhidas;
- ✓ Implantação de espaços para *camping* que poderá ser concretizado em pouco tempo;
- ✓ Serão mantidos os contratos dos serviços nas estações de banheiros e lavanderias, enquanto durar a pandemia;
- ✓ Implantação de banheiros públicos permanentes com chuveiros na cidade;
- ✓ Negociação com o Governo do Estado para melhorar a qualidade e a permanência gratuita das três refeições ofertadas pelo programa Bom Prato;
- ✓ Diálogo com a zeladoria urbana para suspender recolhimento de barracas e pertences da Pop Rua.

Vítima ou culpado? Os não-refugiados no Brasil

Até o final de 2018, o Brasil reconheceu 11.231 pessoas como refugiadas no País, enquanto, até a mesma data, 161.057 esperam reposta

Isadora Vieira Arruda

INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA

79,5 milhões de pessoas foram forçadas a deixar suas casas até o final 2019. Este dado do Relatório Anual “Tendências Globais” do Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR) revela que 1% da humanidade se deslocou por motivo de guerras, conflitos e perseguições.

A legislação brasileira reconhece como refugiada aquela pessoa que por “fundado temor de perseguição por motivo de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política” deixou seu país de origem e busca proteção internacional no território brasileiro. Também são reconhecidas como refugiadas as pessoas provenientes de países onde há grave e generalizada violação de direitos humanos, por exemplo, Síria e Venezuela.

Até o final de 2018, o Brasil reconheceu 11.231 pessoas como refugiadas no País, enquanto, até a mesma data, 161.057 pessoas aguardavam a apreciação de sua solicitação de refúgio junto pelo Comitê Nacional para Refugiados (CONARE).

Muito falamos sobre quem são os

refugiados, mas pouco ou nada se sabe sobre as pessoas que não o são segundo a lei brasileira. Parte deles integram a centena de milhar de pessoas que aguardam a análise dos seus pedidos de refúgio.

A lei 9474 de 1997 possui cláusulas de exclusão que impedem a concessão da proteção internacional para certos grupos, entre eles “indivíduos que tenham cometido crime contra a paz, crime de guerra, crime contra a humanidade, crime hediondo, participado de atos terroristas ou tráfico de drogas.”

Entre tantos crimes que atentam contra a vida, o tráfico de drogas aparece como o elemento destoante, que está ali apenas para reafirmar o compromisso assumido na guerra global contras as drogas. Porém, tal compromisso não pode ser lido de maneira simbólica, essas duas palavras mal colocadas afetam a vida de muitas mulheres atendidas pelo Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC) e tantas outras pessoas migrantes que passaram pelo cárcere devido ao tráfico de drogas. O delito não exclui o fato de que algumas pessoas necessitam de proteção internacional. Por exemplo, a condição de vulnerabilida-

de e perseguição sofrida por pessoas LGBTI em certos países não se esvai com a condenação por tráfico, bem como crises humanitárias e conflitos não desaparecem. Ser expulsa de volta para este contexto não é uma opção para parte das mulheres que atendemos. A expulsão nestes casos é um atentado contra a vida.

O Brasil de hoje que reconhece o tráfico privilegiado para pessoas que transportam drogas na condição de “mula”, guiado pelos preceitos do non-refoulement, o compromisso de não expulsar ou retornar pessoas para os países onde sua vida corre risco e do refúgio surplace, quando a concessão do refúgio para pessoas que já se encontram no território nacional há algum tempo, precisa revisar sua legislação e promover mecanismos que ofereçam proteção a todas e todos que a necessitam.



A Missão Paz é referência na acolhida de imigrantes e refugiados em São Paulo, no bairro da Liberdade; lá recebe pessoas vindas de diversos lugares à procura de uma assistência inicial na cidade

“JUNTOS
Pela
DEMOCRACIA!”

Karla Maria



“O conceito de democracia nasce lá na Grécia antiga, mas olhando para os tempos atuais, nós vivemos uma falsa democracia. Sou completamente contra este governo Bolsonaro. As frases, expressões e ideologias que ele prega são de sufocar e calar as pessoas. Um regime totalitário, fascista. Sou completamente contra este governo.”

Dirlei Manegati Carneiro, 42 anos, estudante do curso técnico de mecânica automotiva

Trecherinhas

Cláudia Pereira

Fala infeliz de Bia Dória

Na primeira semana de julho, um vídeo da primeira dama do Estado de SP, Bia Dória, repercutiu na internet e teve várias manifestações de repúdio. Bia falou que “a sociedade não deveria ajudar as pessoas que estão em situação de rua, porque estas precisariam ser conscientizadas que ‘têm que sair’ da rua”. O Movimento Nacional da População de Rua publicou uma nota cobrando explicações. A primeira dama tentou se retratar através da imprensa, dizendo que houve má interpretação de sua fala. Bia Dória ocupa o cargo da presidência do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo.

Atendimentos no Largo 13

No dia 13 de julho, a Rede Rua firmou acordo de colaboração com a Associação Cultural Corrente Libertadora com objetivo de atender a Pop Rua do Largo 13 de Maio, e região de Santo Amaro. Os atendimentos acontecerão nas segundas e quartas-feiras das 8h às 12hs com serviços de escuta e orientações. O primeiro dia de atendimento contou com 40 pessoas e na ocasião, padre Arlindo Pereira Dias reforçou que a união faz a força em busca de direitos e dignidade. A Rede Rua reforça a sua presença há mais de 20 anos, como instituição comprometida com a causa dos mais pobres de Santo Amaro.

Esperança Roubada

Também na primeira semana de julho, uma senhora de 64 anos de idade e em situação de rua há dois, teve seu celular furtado dentro do CTA, e com ele, a possibilidade de acessar seu auxílio emergencial, já que as informações chegam pelo aplicativo. Os responsáveis pelo CTA nada fizeram. Ela também teve seu benefício do auxílio emergencial desviado de sua conta. O sentimento de injustiça é único. A revolta é expressa em palavras e murros sobre uma mesa. Não é de hoje que fatos como estes acontecem. Por onde andam o respeito e a justiça? Questionava a senhora com lágrimas nos olhos.

30 anos do ECA

Há 30 anos foi promulgada a Lei Federal 8069 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Com a legislação, meninas e meninos, crianças e adolescentes, passaram a ser vistos como “sujeitos de direitos”, garantido a eles prioridade absoluta em nosso País, tanto na proteção quanto na defesa direta de seus direitos. E após 30 anos, ainda pulsa em nossas veias os sonhos de uma nova sociedade onde os filhos e filhas da classe trabalhadora possam simplesmente ser crianças, ser adolescentes com direitos de ter direitos plenos e dignidade respeitada. (Nazareth Cupertino /Cedeca Interlagos).